

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Hugo Sérgio Oliveira Dourado

**DIAGNÓSTICO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM
EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL (2009 – 2011)**

Mineiros - GO
2013

Hugo Sérgio Oliveira Dourado

**DIAGNÓSTICO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM
EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL (2009 – 2011)**

Monografia apresentada à Faculdade de
Educação Física da Universidade Federal
de Goiás como requisito para finalização
do curso de Licenciatura Plena em
Educação Física

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Márcia Silva

Mineiros – Goiás

2013

Hugo Sérgio Oliveira Dourado

**DIAGNÓSTICO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM
EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL (2009 – 2011)**

Esta monografia foi aprovada em sua forma final.

Goiânia, 21 De março de 2014.



Prof. Dra. Ana Márcia Silva
Orientadora

Pela Sua benignidade e infinita misericórdia ofereço meu louvor a Deus por nunca me desamparar durante todos os momentos desse curso.

Dedico a minha esposa e companheira Tatiana pela compreensão nas ausências e apoio nas horas más, ajuda necessária para que eu seguisse em frente e conquistasse esse sonho.

Também aos meus pais e minha sogra pelo constante incentivo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente minha orientadora desse trabalho final, professora Dr^a Ana Márcia pelo direcionamento amigo e sincero, e à coordenação da UFG por possibilitar a formação em Educação Física através da modalidade EaD.

Enfrentaremos a força física com a nossa força moral.

Martin Luther King

RESUMO

Esse estudo faz parte de uma linha de pesquisa apoiada pela FAPEG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás) e pelo CNPq desenvolvido junto ao Laboratório Physis de Pesquisa em Educação Física, Sociedade e Natureza (FEF/UFG) e tem por fim apresentar aspectos do perfil de formação profissional em Educação Física no Brasil entre os anos de 2009 e 2011. Utilizou-se a metodologia de pesquisa documental com enfoque em dados quantitativos, tendo como fonte principal de pesquisa a base de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), apoiado pelos números do portal e-MEC, além do diálogo com outras obras que deram suporte a análise dos dados pesquisados. Apresentamos alguns elementos históricos da formação profissional no país e indícios das causas que podem ter levado à divisão da formação, em especial, uma política que ainda se mostra neoliberal permitindo que a educação se amplie como um produto de mercado com a massiva participação das instituições privadas de ensino superior e certo afastamento do Estado de suas obrigações na educação. Dentre os principais resultados, observou-se grande elevação do número de instituições com o curso de Educação Física e conseqüentemente o número de cursos existentes no Brasil, ofertados principalmente pelas instituições privadas após leis regulamentadoras e políticas de financiamento estudantil no ensino superior. Também foi observada a concentração desses cursos no eixo sul-sudeste do país, porém com indícios de descentralização após o crescimento do curso na modalidade EaD. A formação profissional no campo da Educação Física ainda está entre as que mais recebem matrículas nas instituições de ensino e também a que tem maior número de estudantes que mais concluem os cursos, apesar de um baixo índice de aproveitamento nessa relação.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Sinopse Estatística da Educação Superior. Anos 1980 e 1996.....	24
Figura 2: Sinopse Estatística da Educação Superior. Anos 1996 (LDBN) e 2011..	25
Figura 3: Gráfico do número de cursos de Educação Física conforme o Banco de Dados e-MEC	29
Figura 4: Gráfico da evolução do número de cursos de Educação Física segundo a titulação	30
Figura 5: Gráfico da distribuição dos cursos de Educação Física com nota inferior a 3 nos últimos 4 anos, conforme o tipo de IES.	32
Figura 6: Gráfico do crescimento do número de instituições que oferecem o curso de Educação Física no Brasil.	33
Figura 7: Gráfico da participação no mercado das IES em 2011	34
Figura 8: Gráfico da evolução do nº de IES públicas ou privadas que oferecem o curso de Educação Física.....	34
Figura 9: Gráfico do desenvolvimento do número de cursos de Educação Física no período 2009-2011	36
Figura 10: Gráfico da proporção da quantidade de cursos de Educação Física oferecidos pelas redes de ensino superior pública e privada no ano de 2011	37
Figura 11: Gráfico da evolução do número de cursos de Educação Física entre IES públicas e privadas.	38
Figura 12: Mapa dos cursos de Educação Física em atividade atualmente no Brasil com início de funcionamento até 1960.	39
Figura 13: Mapa dos cursos de Educação Física em atividade atualmente no Brasil com início de funcionamento até 1970.	40
Figura 14: Mapa dos cursos de Educação Física em atividade atualmente no Brasil com início de funcionamento até 1980.	40
Figura 15: Mapa dos cursos de Educação Física em atividade atualmente no Brasil com início de funcionamento até 1990.	41

Figura 16: Mapa dos cursos de Educação Física em atividade atualmente no Brasil com início de funcionamento até 2000.	41
Figura 17: Mapa dos cursos de Educação Física em atividade atualmente no Brasil com início de funcionamento até 2010.	42
Figura 18: Mapa dos cursos de Educação Física em atividade atualmente no Brasil com início de funcionamento até 2013.	42
Figura 19: Mapa da distribuição dos cursos de Educação Física no ano de 2013 conforme a modalidade de ensino.	43
Figura 20: Mapa da distribuição dos cursos de Educação Física no ano de 2013 conforme a categoria administrativa relacionada com a distribuição da população.	45
Figura 21: Gráfico da progressão do número de matrículas do curso de Educação Física no Brasil entre os anos de 2009 e 2011.	46
Figura 22: Gráfico da evolução do número de matrículas na Educação Física entre IES públicas e privadas.	46
Figura 23: Gráfico da progressão do número de concluintes do curso de Educação Física no Brasil entre os anos de 2009 e 2011.	48
Figura 24: Gráfico da evolução do número de concluintes de Educação Física entre IES públicas e privadas.	49
Figura 25: Gráfico da comparação da evolução do número de matrículas com o número de concluintes de Educação Física entre IES públicas e privadas.	49

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: As 10 melhores universidades conforme Ranking Folha 2013	27
Tabela 2: Classificação da Educação Física conforme o número de cursos no Brasil no ano de 2011.	36
Tabela 3: Classificação das áreas profissionais conforme o número de matrículas no ano de 2011	47
Tabela 4: Classificação das áreas profissionais conforme o número de concluintes no ano de 2011.	48

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. METODOLOGIA	14
3. ELEMENTOS HISTÓRICOS E SÓCIO-POLÍTICOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL	16
4. A EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO SUPERIOR: O QUE DIZEM OS DADOS.....	21
4.1. A FORMAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: ALGUNS INDICADORES DO CRESCIMENTO NO SISTEMA PÚBLICO E PRIVADO.....	21
4.2 - ASPECTOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA NA ATUALIDADE.....	28
4.2.1 - Número de Instituições que oferecem o Curso	32
4.2.2. Indicadores Numéricos Acerca dos Cursos.....	35
4.2.3. Indicadores Numéricos Acerca das Matrículas	45
4.2.4. Indicadores Numéricos Acerca dos Concluintes	47
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	54

1. INTRODUÇÃO

Trajetória Acadêmica

Comecei a graduação na Faculdade de Educação Física – Licenciatura Plena, modalidade à distância pela Universidade Federal de Goiás (UFG) em outubro de 2009 na cidade pólo de Mineiros, Goiás. Ingressei nessa jornada, porém, com a bagagem de conhecimento de outra área do saber humano, sendo eu, desde 2004 um bacharel em Ciência da Computação pelo Centro Universitário de Mineiros (UNIFIMES).

Antes desse bacharelado citado anteriormente, ressalto ainda uma formação técnica em eletro-mecânica industrial, projeto institucional de uma empresa multinacional que tinha o intuito de fornecer para suas fábricas mão-de-obra especializada.

Deste modo, lancei um olhar mais íntegro, experiente, e questionador sobre este curso que começava na UFG, além do interesse mais antigo por essa área, pois desde o ensino fundamental fui envolvido com as mais variadas práticas corporais em âmbito escolar e, especialmente, o voleibol em âmbito técnico-desportivo.

Analisando que passei em minhas formações, mesmo que em áreas não afins e por graus de instrução variados – tecnólogo, bacharelado e finalizando a licenciatura no momento – as quais atualmente abrangem a maioria dos cursos de formação no Brasil. Examino, também a linha de pesquisa que fui contemplado para este trabalho de conclusão de curso, faz-se uma analogia aos mais variados graus de instrução na formação em Educação Física que se observam no mercado de trabalho atualmente.

Tendo em vista a massiva expansão dos cursos de Educação Física e dando continuidade as pesquisas dessa temática publicadas anteriormente, nos instiga apresentar aspectos do perfil da formação profissional em Educação Física no Brasil entre os anos de 2009 e 2011.

Este estudo busca auxiliar no entendimento do quadro político-educacional atual da formação profissional em Educação Física no Brasil subsidiando com

conhecimentos a tomada de novos rumos e decisões sobre o setor. Para tal, foi utilizado como parâmetro principal um banco de dados oficial, gerado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que vem desde 1995 registrando dados e elaborando estatísticas da educação básica, da formação técnica e superior no Brasil.

Os objetivos desse estudo podem ser assim indicados: investigar, identificar e analisar o quadro da formação profissional em Educação Física no Brasil entre os anos de 2009 e 2011. Buscar identificar, a partir deste quadro, os dados sobre a oferta, a demanda e as características do fluxo acadêmico no campo da Educação Física – seja no grau licenciatura, bacharelado, tecnológico ou sequencial - no período em foco, realizando uma análise dos resultados obtidos.

A pesquisa está centrada em quatro variáveis que darão base à abertura, desenvolvimento e conclusão das discussões. Essas variáveis referem-se ao número de instituições de ensino superior que oferecem cursos de Educação Física, o número de cursos de Educação Física presente nessa gama de instituições, o número de matrículas e, por fim, o número de concluintes no conjunto desses cursos mencionados.

Por meio da análise desses dados, confrontadas questões históricas, sociais e econômicas, poderemos chegar a conclusões da dinâmica da formação em Educação Física, indicando ou fortalecendo políticas públicas que possam suprir possíveis necessidades desse campo de estudos.

Este não é um estudo isolado, mas está associado a uma pesquisa mais ampla coordenada pela Dr^a Ana Márcia Silva (FEF/UFG) e com apoio financeiro da FAPEG, Edital Universal 2012 e CNPQ, Chamada 91/2013 que traça um perfil comparativo na formação profissional em Educação Física na América Latina.

2. METODOLOGIA

Foi escolhido para este estudo um método de pesquisa documental de caráter quantitativo. Tem como principal fonte a base de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) sobre os números da educação de nível superior do Brasil entre os anos de 2009 e 2011, além de literaturas que auxiliaram na compreensão da dinâmica de tais informações.

De características quantitativas, busca analisar a evolução da formação profissional em Educação Física por meio de documentos e estatísticas oficiais, especialmente o INEP, autarquia federal vinculada ao Ministério de Educação que vem construindo e disponibilizando historicamente desde 1995 sinopses da Educação Superior e Básica do Brasil. Também utilizou-se tratamento estatístico, pois buscamos num banco de dados informações que servirão como base para chegar a algumas conclusões sobre a situação da formação do profissional em Educação Física no período estudado, indicando também fatores do tipo histórico, social, econômico e cultural presentes na sociedade que levaram a tais conclusões.

A técnica utilizada para coletar dados foi a Análise de Documentos, principalmente o banco de dados fornecido pelo INEP, que guarda informações referentes a vários assuntos relacionados à formação profissional das mais diversas áreas do saber. Dentre essas áreas, destacam-se para esta pesquisa a formação profissional em Educação Física nos seguintes ramos de atuação: a formação de professor de educação física (Educação), Educação física (Saúde e Bem-Estar Social), Formação de técnicos e treinadores esportivos e Gestão desportiva e de lazer (Serviços).

Destes ramos, foram extraídos os registros das quatro variáveis centrais de análise desse estudo, quais sejam: o Número de Instituições que oferecem o Curso, o Número de Cursos, o Número de Matrículas e de Concluintes. Essas variáveis ainda serão evidenciadas conforme sua representatividade entre as instituições públicas e privadas.

Complementando a análise da base de dados do INEP, foi feito um mapeamento de caráter histórico e geográfico, com alguns aspectos legais, também apoiado-se na base de dados da ferramenta on-line e-MEC do Ministério da

Educação. A fim de enriquecer a pesquisa e demonstrar a distribuição pelo país dos cursos de Educação Física, buscou-se levantar alguns questionamentos.

3. ELEMENTOS HISTÓRICOS E SÓCIO-POLÍTICOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL

Pode-se dizer que a Educação Física está presente na sociedade nas mais variadas esferas, ainda que com características muito diferenciadas. Passou a ser estudada e se consolidou como campo do conhecimento humano na interface com diferentes ciências e formas do saber, implicando além do movimento corporal cotidiano, as práticas corporais constituídas no interior dos movimentos históricos, sociais, culturais, religiosos, econômicos e políticos.

Essa dinâmica não surgiu repentinamente, mas teve todo um desenrolar histórico em um processo de disputas para que a Educação Física alcançasse e oferecesse um saber além do fazer. Para um melhor entendimento da formação desses profissionais hoje, é necessário compreender alguns trâmites que perpassaram os sujeitos e instituições desse processo até atingir o seu estado atual.

No material pesquisado consta que no Brasil, as escolas passaram a ter conteúdos relacionados à Educação Física na primeira década século XX, ainda que se tenha o relato de sua ocorrência no século XIX¹. Segundo ANDERÁOS (2005, p.21) apud. CANTARINO (1982), os primeiros professores “(...) ou eram autodidatas ou procediam, inicialmente do Centro Militar de Educação Física e, mais tarde, da escola de Educação Física do Exército.”

Para Bernardi e colaboradores (2006), os conteúdos militarizados aplicados nas escolas brasileiras do início do século XX remontam a Roma antiga, onde a Educação Física tinha como objetivos a educação e aptidão para a guerra, a defesa do país, o civismo. Analisando a partir do contexto atual, pode ter sido considerado um passo atrás no seu desenvolvimento como ciência. Naquela época, talvez, fosse necessário para que o Brasil se firmasse como uma nação livre, fazendo de seu povo um apoio necessário em termos corporais, com ordem e disciplina, mas também força e saúde, consolidando uma maneira de viver própria.

A essa altura expandia-se um contexto liberal que se desdobra para a Educação Física, tal como afirmado abaixo:

¹ Fonte: http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/minicursos/ed_fisica_em/cap_construcao.htm

A sociedade médica, auto-proclamada como a categoria mais competente para estabelecer os padrões de conduta física, moral e intelectual da família brasileira, teve papel fundamental para construir um caráter higienista na Educação Física. (BERNARDI et all., 2006, p.6)

A Educação Física do início do século XX, portanto, demonstrou características militares e higienistas, resguardando a saúde e o físico de uma sociedade que se reorganizava após um período de revoluções pontuado pela Independência do Brasil e Abolição da Escravatura do final do século anterior.

Neste período, ainda não existiam escolas de formação de professores de Educação Física, esta área de conhecimento acabava por ser tomada, principalmente pelos médicos higienistas, os quais percebiam-na como meio de desenvolver a aptidão física dos indivíduos. (BERNARDI et all., 2006 p.8)

Os primeiros cursos superiores a atuarem na formação de professores de Educação Física datam da década de 1930. Segundo Azevedo e Marlina (2004), citado por COLLET et all. (2009, p.493), “naquela época, o objetivo do curso era formar instrutores de ginástica e professores de Educação Física, baseados no ideário da instituição militar”.

Até então, o que regia a formação desse educador eram políticas que se adequavam ao momento sócio-histórico. Segundo Bernardi e colaboradores, essas políticas agiam tanto na “(...) atuação deste profissional como a própria construção de saberes por ele mobilizado”. (BERNARDI et all., 2006, p.6)

Na década de 1930, identifica-se um movimento diferenciado para a Educação Física no âmbito da legislação federal. Gustavo Capanema, Ministro da Casa Civil do governo de Getúlio Vargas, cria a Escola Nacional de Educação Física e Desportos junto a Universidade do Brasil, por meio do Decreto-Lei nº 1.212. Essa Escola tinha, em seu artigo primeiro, as seguintes finalidades:

a) formar pessoal técnico em educação física e desportos; b) imprimir ao ensino da educação física e dos desportos, em todo o país, unidade teórica e prática; c) difundir, de modo geral, conhecimentos

relativos à educação física e aos desportos; d) realizar pesquisas sobre a educação física e os desportos, indicando os métodos mais adequados à sua prática no país (BRASIL, 1939, p. 01).

Estavam previstos vários cursos de formação profissional nessa Escola e são eles: curso superior de Educação Física; curso normal de educação física: curso de Técnica Desportiva; curso de Treinamento e Massagem; curso de Medicina da Educação Física e dos Desportos. Por essa lista de cursos e as disciplinas indicadas para o curso superior de Educação Física identifica-se uma vinculação com os campos da medicina e do esporte, apesar de ser um curso de formação de professores.

Também nesse período, a Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx) foi “criada inicialmente para formar instrutores, monitores, mestres d’armas, monitores de esgrima, médicos especializados para o exercício” (MELO, 1996, p.27), em nível superior para civis com formação colegial e especialização para os militares.

Após esse período, a próxima legislação que vai regulamentar a formação profissional em Educação Física é a resolução do então chamado Conselho Federal de Educação (CFE) nº 69 de 1969 (BRASIL, 1969). Essa legislação vai trazer algumas novidades no processo de formação, tratando exclusivamente da Licenciatura em Educação Física e não mais da medicina, massagem ou treinamento esportivo como na fase anterior.

Sobre a questão do tipo de formação profissional que se constituía naquela época, Bernardi e outros afirmam que “esta formação profissional manteve-se como predominante até meados da década de 80, quando a Educação Física escolar é questionada quanto sua extrema vinculação ao esporte, como conteúdo único”. (2006, p.9)

A partir de 1980, a formação dessa área profissional passou a ser orientada por duas tendências: o currículo tradicional-esportivo e o currículo de orientação técnico-científica. O primeiro teve origens nos anos 60 e 70, notada a ampliação dos cursos de Educação Física no país.

O currículo tradicional-esportivo enfatiza as chamadas disciplinas "práticas" (especialmente esportivas). O conceito de prática está

baseado na execução e demonstração, por parte do graduando, de habilidades técnicas e capacidades físicas. (BETTI; BETTI, 1996, p.10)

O segundo se opõe ao ensino centrado na prática, característico do modelo clássico e esportivo que o antecedeu. Possibilitou o desenvolvimento do pensamento filosófico, político e sócio-histórico sobre um corpo que se movimenta. A formação é voltada a “ensinar como ensinar”, a formar professores e não atletas ou treinadores.

Betti e Betti (1996, p. 11) afirmam que o currículo técnico-científico tem “(...) influência da concepção que vê a Educação Física como área do conhecimento (disciplina acadêmica) ou ciência, que seria responsável pela produção de conhecimentos científicos sobre o ‘homem em movimento’”.

Um bom indicador desse novo tipo de currículo técnico-científico está na Resolução do CFE 03 de 1987. Além de um grande conjunto de disciplinas e eixo da formação para isso, ainda esta é a primeira indicação de subdivisão da formação profissional em Educação Física. É a legislação que vai primeiro indicar a possibilidade de criação de Bacharelados, para além da Licenciatura que historicamente marcava o campo. Indicava também 2880 horas como carga horária mínima para os cursos (BENITES; SOUZA NETO, HUNGER, 2008).

Para compreender melhor a fase atual da formação profissional em Educação Física, ainda é preciso observar a legislação atual que dividiu efetivamente a Licenciatura do Bacharelado, com duas leis distintas. Benites, Souza Neto e Hunger (2008) indicam que as Resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE) 01/2002, 02/2002 a partir da Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/1996 passaram a organizar a formação de professores, inclusive de Educação Física. A Resolução CNE 07/2004 passou a reger a formação do Bacharel em Educação Física.

Ainda observou-se a difusão das instituições de tecnologia na primeira década dos anos 2000, criando sob a Lei nº 11.892² de 2008 os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Surgiram, então, novos cursos em Educação Física em âmbito Tecnológico, apesar de antes de nesse ano encontrar-se o registro

² Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm

de funcionamento de alguns cursos, como é o caso de Juazeiro do Norte, Natal e Fortaleza, ativos desde 2002, segundo o banco de dados do e-MEC.

Finalizando essa discussão, entendemos que cada grau do ensino superior em Educação Física não pode ser tratado generalizadamente na ocupação do mercado de trabalho, mas especificamente, aproximando esses futuros profissionais do campo que os esperam. Assim, Manoel e Tani concluem que:

Em linhas gerais, espera-se que o Bacharel em Educação Física tenha condições de planejar, implementar e avaliar programas de Educação Física para a população em geral e para indivíduos portadores de deficiência em particular, no contexto não-escolar. Já o Licenciado em Educação Física deverá estar preparado para planejar, implementar e avaliar programas de Educação Física nos vários ciclos da escolarização: educação infantil, ensino fundamental e médio. (1999, p.17)

Consideramos importante ter a consciência desses diferentes momentos do processo de desenvolvimento da formação profissional e acadêmico-científico da Educação Física. Seria a consciência de sua própria formação como educadores, tanto das instituições formadoras quanto dos formandos no mundo do trabalho, e que devem valorizar sua área como fonte de conhecimento, oferecendo didáticas que explorem a reflexão da Educação Física como um todo, nas dimensões físicas, sociais e morais.

4. A EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO SUPERIOR: O QUE DIZEM OS DADOS

Nesta seção faremos uma abordagem sobre algumas informações gerais da expansão do Sistema de Ensino Superior no Brasil, marcados principalmente pelas reformas das Leis de Diretrizes e Bases da Educação em 1961 e 1996. Essas informações estão relacionadas com a Educação Física, uma vez que o aquecimento do mercado de IES influenciou na explosão da abertura de cursos nesta área.

Trataremos também de alguns aspectos da formação profissional em Educação Física, analisando na sequência as variáveis centrais desta pesquisa que resultarão num diagnóstico da situação do mercado e formação desses profissionais.

4.1. A FORMAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: ALGUNS INDICADORES DO CRESCIMENTO NO SISTEMA PÚBLICO E PRIVADO

Na primeira metade dos anos 60, o país vivia um momento sombrio de sua história com a instalação da ditadura militar. O estado mantinha uma interferência nas universidades, direcionando a produção científica que seguia conforme a demanda do embalado momento econômico que inseria o Brasil no contexto internacional, com a ascensão dos setores industrial e agrícola, e a oferta de riquezas minerais significativas.

Contextualizando esse momento histórico, não se tratando ainda das universidades, mas já indicando uma mudança de postura quanto à educação no Brasil, segundo o Ministério da Educação (MEC) através de sua página oficial na internet, até 1960, o sistema educacional brasileiro era centralizado. Esse quadro foi revertido após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 1961, propiciando aos estados e municípios maior autonomia na gestão de seu modelo educacional.

Associado a essa movimento, no ano de 1968 foi aprovada a lei 5540/68, denominada Lei da Reforma Universitária que "(...) criava os departamentos, o

sistema de créditos, o vestibular classificatório, os cursos de curta duração, o ciclo básico dentre outras inovações.” (SOARES et all., 2002, p.33). Para essa autora essa medida valorizou o professor, garantindo um regime de trabalho integralizado e sua profissionalização.

Essa reforma deu um impulso na produção científica do país, juntamente com a expansão da rede de instituições universitárias. A princípio, esta reforma era voltada apenas as instituições federais, mas teve seu alcance ampliado às instituições privadas pelo fato de muitas delas usarem subsídios do Estado brasileiro. Conforme Soares e colaboradores:

Como a pressão pelo aumento de vagas tornava-se cada vez mais forte, logo após 1968, ocorreu uma expansão do setor privado, que criou inúmeras faculdades isoladas, nas regiões onde havia maior demanda, ou seja, na periferia das grandes metrópoles e nas cidades de porte médio do interior dos estados mais desenvolvidos. (SOARES et all., 2002, p.34)

Complementando esse conjunto de informações, o site do MEC, na sessão História, ressalta que:

A reforma universitária, em 1968, foi a grande LDB do ensino superior, assegurando autonomia didático-científica, disciplinar administrativa e financeira às universidades. A reforma representou um avanço na educação superior brasileira, ao instituir um modelo organizacional único para as universidades públicas e privadas.³

Para Soares et all. (2002), em 1981 o Brasil já listava 65 universidades e o número de estabelecimentos isolados já correspondiam a 85% representando o setor privado. Esses novos estabelecimentos tinham como meta unicamente o ensino e não se preocupavam com atividades de pesquisa.

Com essa fragmentação do ensino, as IES foram legalizadas e classificadas como Faculdades, Centros Universitários, Universidades, e Centros de Educação Tecnológicos, conforme suas prerrogativas acadêmicas, de acordo com o decreto 5.773/06 de 2006.

³ Fonte: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=2&Itemid=171

A princípio, as instituições são denominadas e credenciadas como Faculdades e possuem restrições e dependências do MEC para a abertura de novos cursos. Seu corpo docente não necessita de um regime mínimo de trabalho e tampouco exigido uma titulação universitária determinada.

Os Centros Universitários são autônomos na criação de cursos e na abertura de vagas. Devem ter pelo menos 1/5 dos docentes trabalhando em regime integral, além de que 1/3 dos professores devem ter título de mestres ou doutores.

Ainda de acordo com a página eletrônica do MEC, as Universidades têm como grandes características a “produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional”. (MEC, 2013). As universidades tem autonomia na criação de cursos, inclusive além do estado de sua sede. Quanto ao corpo docente, pelo menos 1/3 deve ser formado por mestres e doutores e 1/3 dos professores devem ter dedicação integral na instituição. Deve, também, oferecer programas de mestrado e doutorado.

Existem ainda os Centros de Educação Tecnológica que tem ligação direta com o MEC e oferecem além de cursos em nível médio, cursos técnicos e superiores. Estes também entram nas estatísticas do quadro educacional brasileiro.

Apresentado este quadro de organização acadêmica em natureza administrativa, tivemos, segundo dados do INEP, de 1980 a 1996 um crescimento no número de IES de 4,5%, passando de 882 no primeiro ano para 922 instituições no último ano do período relatado. Esse crescimento foi bastante insignificante, talvez como um reflexo do baixo investimento no setor nesse período, tanto por parte do governo junto a suas instituições públicas quanto da iniciativa privada.

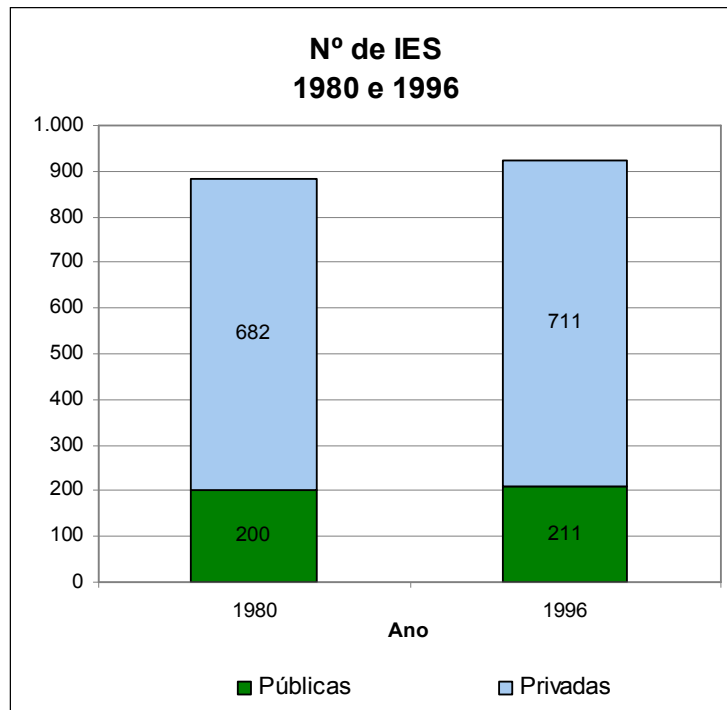


Figura 1: Sinopse Estatística da Educação Superior. Anos 1980 e 1996⁴.

Indicamos, aqui, apenas esses dois anos, pois nesse período não se registrou grandes variações nesses valores, como pode ser visualizado na figura acima, na tentativa de facilitar a compreensão do quadro de instituições naquele período.

Tivemos 200 IES públicas em funcionamento no país em 1980 contra 211 no ano de 1996, um crescimento de apenas 5,50% em 16 anos. Já as IES de ordem privada passaram no mesmo período de 682 estabelecimentos para 711, fechando um crescimento de apenas 4,25%, resultando no baixo índice geral de incremento num período de 16 anos.

Com a nova LDB de 1996, ou Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), a Educação Superior recebe novo impulso na abertura de novas instituições de ensino, uma vez que a demanda era muito alta, pressionada pelos elevados índices de conclusão do ensino médio. No critério geração de cursos, Collet (2002) diz que essa lei inseriu novas modalidades, como os de ensino sequencial de formação específica e os cursos à distância. A LDBN também certificou os tipos de credenciamento das IES (Universidades, Centros

⁴ Fonte: <http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior/evolucao-1980-a-2007>

Universitários, Faculdades e Centros de Educação Tecnológica), como relatado anteriormente.

Com esses dados é possível compreendermos melhor a explosão de IES criadas desde a promulgação da LDBN/96. Segundo o banco de dados do INEP, em 1996 havia 922 estabelecimentos de ensino superior, sendo que 211 (22,88%) eram públicos e 711 (77,12%) vindo de iniciativa privada, como informado anteriormente.

Em 2011 as IES somavam 2365, computando um aumento de 156,5% sobre o total registrado em 1996. A grande disparidade ficou por conta do número de instituições privadas e públicas criadas nesse período. Em 2011 as instituições privadas somavam 2081 (88%) enquanto que as públicas atingiam um total de 284 (12%), bem abaixo do registrado no ano inicial desta comparação.

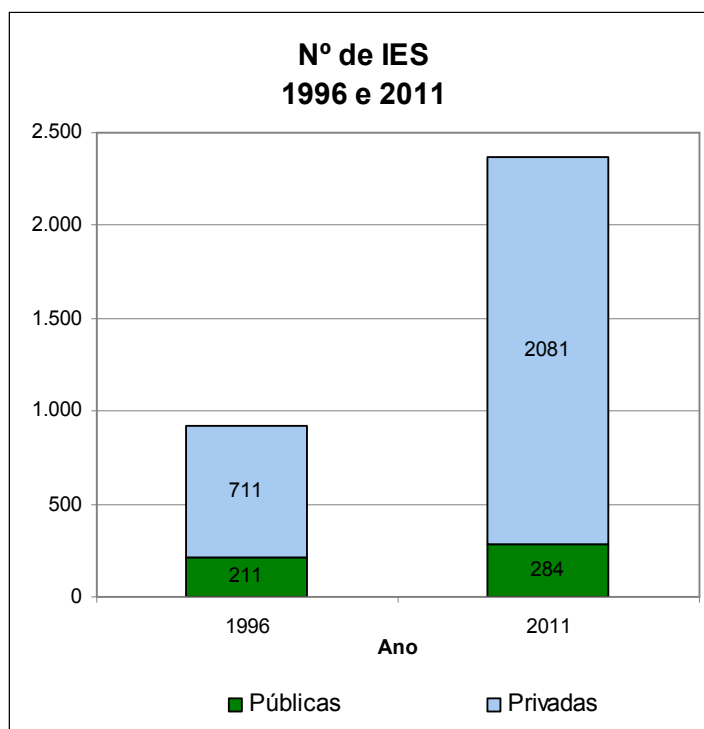


Figura 2: Sinopse Estatística da Educação Superior. Anos 1996 (LDBN) e 2011. (INEP, 2013)

Com a nova LDBN, o Estado acabou por transferir a responsabilidade do ensino no nível superior para as instituições privadas, fato demonstrado pela estagnação no crescimento do número de instituições públicas nesses últimos 15 anos, ocupando o Estado, representado pelo MEC, de ser "(...) responsável pela sua coordenação, cabendo-lhe o controle normativo do sistema, o financiamento das

instituições federais de ensino superior (IFES) e a fiscalização e avaliação tanto destas últimas quanto das IES privadas.” (SOARES, 2002, p.60)

O destacamento do número de IES privadas também ganhou força com políticas públicas de acesso a educação superior através de programas como o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES – lançado em 1999)⁵ e o Programa Universidade para Todos (ProUni – lançado em 2004)⁶. São programas caracterizados basicamente pelo incentivo financeiro, o que possibilita o custeio dos estudos a pessoas provenientes da rede pública de ensino as quais não tem condições de bancar seus estudos na rede particular de ensino superior. Essas linhas de crédito são oferecidas às IES privadas com a justificativa da falta de vagas nas IES públicas, uma vez que estas poucas vagas são preenchidas por meio de seleção da nota do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) através do SISU (Sistema de Seleção Unificada).

Pela força e abrangência desses programas, identifica-se uma possibilidade de que eles sejam responsáveis pela forte distorção nas linhas de crescimento do número de instituições que se observa nesse período. Admite-se, também, que pode ter havido uma mudança de sistemática na coleta de dados por parte do INEP, como por exemplo, a mudança de categoria das instituições confessionais de pública para privada.

No mesmo padrão em que o número de IES progrediu, porém, a qualidade do ensino parece ter despencado. A responsabilidade aparenta ser das instituições privadas que não se adequaram as exigências que garantam um aprendizado satisfatório aos alunos e ofereçam boas condições materiais e humanas, amparadas pela complacência ou talvez a ineficiência do Estado na inspeção desses cursos e instituições de ensino superior.

Notícia divulgada no Jornal da Ciência da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), de 26 de junho de 2013 comenta reportagem do jornal Estadão com dados divulgados pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre os investimentos públicos no ensino superior. Para essa organização “o Brasil melhora em termos de investimentos públicos e de aumento da população que avança no ensino, mas os resultados

⁵ Fonte: <http://sisfiesportal.mec.gov.br/fies.html>

⁶ Fonte: http://siteprouni.mec.gov.br/tire_suas_duvidas.php#conhecendo

obtidos até aqui ainda são inferiores à média dos países mais desenvolvidos”. (O Estado de São Paulo, 2013). O jornal ainda destaca que “no Brasil, a maior parte dos investimentos vai para o ensino superior, área que recebeu 0,9% do PIB em 2010, contra 0,7% em 2000. Essa média é similar aos demais países estudados pela OCDE.”

Analisando os dados das Instituições de Ensino Superior registradas pelo INEP, em 1996 (ano da LDB que impulsionou a multiplicação do número de IES) e em 2011 surgiram poucas IES públicas (73) em relação às IES privadas (1370). Nota-se que mesmo em inferioridade numérica, houve um investimento na ampliação dessas poucas instituições e, talvez, também da qualidade, como indica a informação disponível em Rankings. Pesquisas como o Ranking das Universidades da Folha de São Paulo mostram essa boa avaliação das instituições públicas, considerando para essa listagem notas para itens como Ensino, Pesquisa, Mercado, Inovação e Internacionalização.

#	Nome	UF	Pública / Privada		Nota total
1	Universidade de São Paulo (USP)	SP	Pública		96.89
2	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	RJ	Pública		95.64
3	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	MG	Pública		94.9
4	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	RS	Pública		94.58
5	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	SP	Pública		94.27
6	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)	SP	Pública		91.76
7	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	SC	Pública		91.7
8	Universidade de Brasília (UNB)	DF	Pública		91.65
9	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	PR	Pública		90.1
10	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	PE	Pública		89.21

Tabela 1: As 10 melhores universidades conforme Ranking Folha 2013

Nesse ranking, a universidade privada melhor colocada aparece na 15ª posição e entre as 100 melhores universidades do país, apenas 32 são particulares. Ainda que pesem críticas à metodologia e lógica desses ranquiamentos e mesmo considerando a grande expansão do setor universitário, principalmente por parte das

IES privadas, os dados indicam que, de modo geral, não houve uma elevação da qualidade de ensino das mesmas.

Alguns dados mostram-se preocupantes nesse contexto, tais como o baixo número de concluintes, as condições de trabalho inadequadas, a falta de formação continuada dos docentes, dentre outras. Falaremos adiante sobre a questão do número de concluintes, uma das ênfases deste trabalho.

4.2 - ASPECTOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA NA ATUALIDADE

O formato atual dos cursos de formação em Educação Física foi consolidado num período relativamente recente, descritos atualmente como licenciatura ou bacharelado. Recente, pois antes dos anos de 1980 formavam-se basicamente professores egressos dos cursos de licenciatura. Os currículos, apesar de estarem voltados prioritariamente para a docência na educação básica, também estavam carregados de ambiguidades com o atendimento de um mercado voltado para as práticas.

Manoel e Tani (1999, p.15) apud. Tani (1996) apontam essa dualidade no grupo de disciplinas acadêmicas orientadas, voltadas para temas das atividades motoras e a biologia referente à higiene e saúde, e também ao grupo de disciplinas de orientação pedagógica, que não se integravam com as disciplinas orientadas, efetuando uma "(...) simples reprodução de técnicas de movimento nas disciplinas orientadas às atividades e a superficialidade dos conhecimentos teóricos desenvolvidos."

Com o conhecimento científico-acadêmico crescendo sobre os princípios do movimento humano, aliado as necessidades mercadológicas impulsionadas pela ascensão do esporte na sociedade, fez-se viável a criação de um nível profissional em educação física específico, que atuasse não somente a "(...) orientação técnica, tática e física de atletas e equipes, mas passa a incluir também a organização e promoção de eventos e programas esportivos." (MANOEL; TANI, 1999, p.16)

Em setembro de 2013, após nosso levantamento e análise do banco de dados do e-MEC, que é vinculado ao INEP foi constatado que dos 1243 cursos

superiores ativos em Educação Física, 756 (60,8%) são de graduação em licenciatura e 487 (39,2%) de graduação em bacharelado.

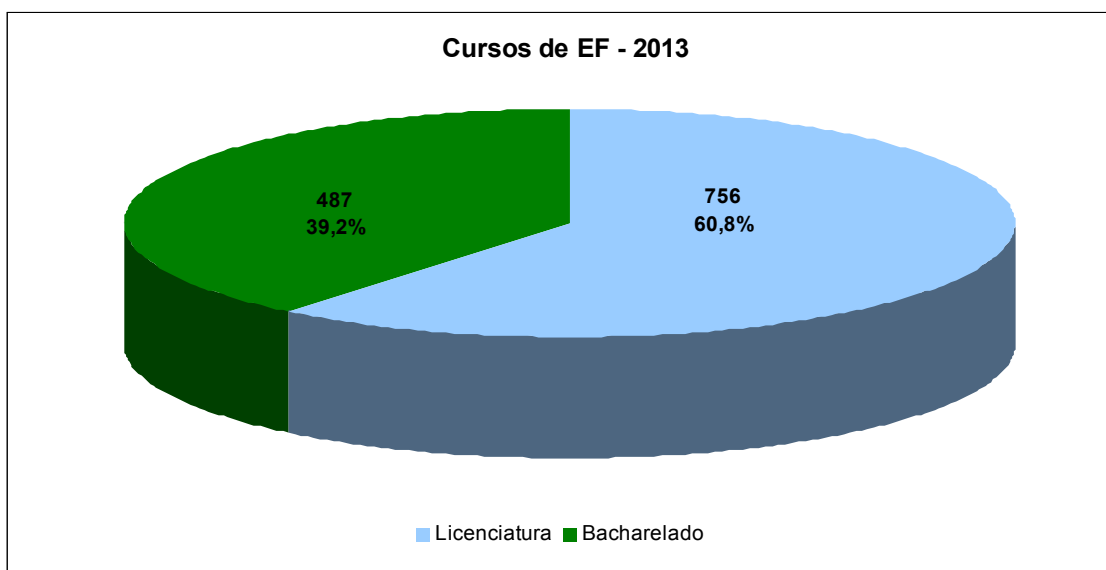


Figura 3: Gráfico do número de cursos de Educação Física conforme o Banco de Dados e-MEC

Outros dados que mostram a atual realidade da formação superior em Educação Física são indicados conforme o critério de qualidade de ensino avaliado pelo Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE). Conforme a página oficial do INEP⁷, o ENADE “integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), tem o objetivo de aferir o rendimento dos alunos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências.” Consta nesse portal que para essa avaliação também é considerada a infraestrutura física da instituição, o corpo docente e programas de extensão.

Conforme a sinopse estatística da educação superior do INEP, em 2009 tinha 815 cursos entre bacharelados e licenciaturas. Em 2010 eram 995 e em 2011 constavam 1058 cursos. Se ainda inserirmos os dados de 2013 do e-MEC, teremos 1243 cursos contabilizando um crescimento de 52,5% em relação a 2009.

⁷ Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/enade>

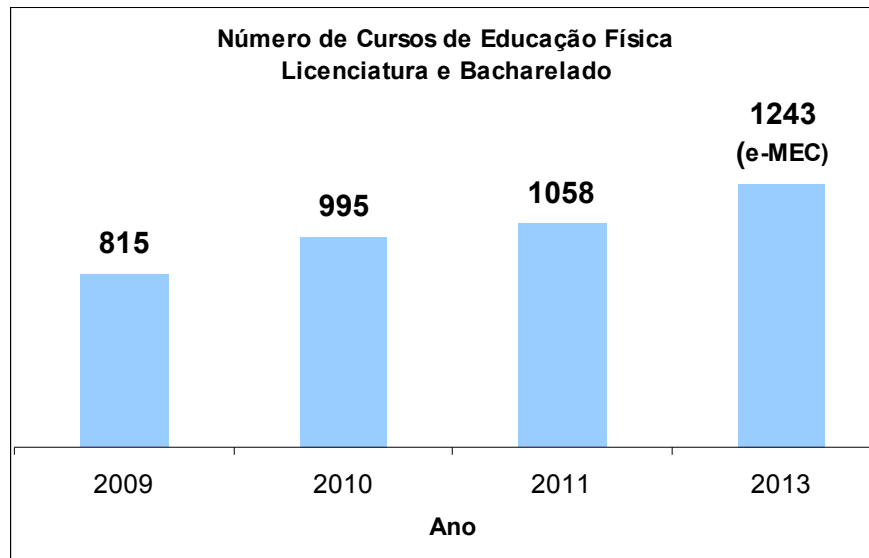


Figura 4: Gráfico da evolução do número de cursos de Educação Física segundo a titulação (INEP/e-MEC, 2013)

Em pesquisa ao banco de dados e-MEC, em setembro de 2013 o número de cursos de EF nas modalidades licenciatura e bacharelado somavam 1243. Destes, 174 (14%) cursos obtiveram conceito abaixo da média⁸ (nota 3) no ENADE.⁹

Apesar do crescimento do número de cursos de Educação Física nas titulações de licenciatura e bacharelado, tomando como critério apenas as notas do ENADE, o desempenho dos alunos nesse exame em muitos desses cursos não acompanhou esse desenvolvimento. A superexposição ou maior destaque dos resultados dessa avaliação pelas mídias faz parecer que esta nota é o principal indicador qualitativo dos cursos, esquecendo outros critérios avaliativos aplicados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

O ENADE é apenas uma ferramenta de avaliação dos estudantes. Há também as avaliações institucionais e de cursos:

A avaliação institucional é o centro de articulação do sistema e desenvolve-se em duas etapas principais: auto-avaliação e avaliação externa in loco. A avaliação dos cursos, por sua vez, tem por objetivo identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial em relação ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica. (GIMENES, 2009, p. 8887)

⁸ A escala de notas do ENADE varia de 1 a 5.

⁹ Os anos da última avaliação do ENADE registrados nesse banco de dados variam de 2007 e 2011.

Porém, muitas críticas vindas da comunidade acadêmica estão sendo feitas a esse sistema de avaliação dos estudantes, inclusive ações como boicotes por parte dos discentes, fato que acaba influenciando nos resultados de seus cursos, mascarando assim a sua real situação.

O Diretório Acadêmico da Educação Física e Dança / UFRGS manifestou através de sua página a justificativa para um boicote no ENADE de 2007, indagando o papel da Avaliação e expondo suas opiniões sobre os propósitos desta prova nacional:

O que propõe o ENADE:

- Ranqueamento das Universidades, sem levar em consideração as condições que influenciaram nas notas;
- Premiação para os melhores colocados (estudante competindo com estudante como no vestibular);
- Avaliação centralizadora, sendo a mesma prova para todo o Brasil, desrespeitando as particularidades regionais;
- Pelo caráter competitivo, algumas universidades promovem cursos pré-ENADE, descaracterizando os reais resultados;
- Direcionamento da formação, pois como ocorre um ranqueamento, o currículo pode vir a ser direcionado pelos conhecimentos cobrados na prova, à exemplo do que ocorre com o ensino médio e o vestibular, ferindo a autonomia didático-científico das instituições. (DA/FEF – UFRGS, 2008)¹⁰

Gimenes (2009), também cita críticas semelhantes por parte de professores e alunos no campo da Universidade Federal do Paraná quanto ao ENADE. A autora expõe que os professores e alunos do ensino superior desaprovam a utilização dos resultados para exposição em rankings, marketings institucionais, acusando também o teor regulatório da avaliação, desprovido de ações que melhorem a qualidade do ensino superior.

Nesse universo de cursos de EF abaixo da média aceitável no ENADE, 144 (82,7%) pertencem a IES privadas, enquanto 30 (17,3%) cursos são de IES públicas. Em publicação feita em 07 de outubro de 2013 no portal de notícias do

¹⁰ Disponível em: <http://daefi.wordpress.com/enade-uma-critica-consequente/>

INEP, 31,7% dos cursos do ensino superior estão abaixo da média, obtendo notas 1 e 2 no ENADE de 2012. Apesar do curso de EF não ter sido avaliado no ano de 2013, esses resultados juntamente com as notas cadastradas no e-MEC citadas anteriormente, reforçam a necessidade de injetar recursos financeiros e ampliar a participação das instituições públicas no ensino superior, e melhorias no sistema de ensino por parte das instituições privadas. As instituições privadas necessitam, ainda, de uma mudança na estratégia de direcionamento dos recursos financeiros, a fim de garantir uma melhor qualidade dos cursos com investimentos em extensão e pesquisa.

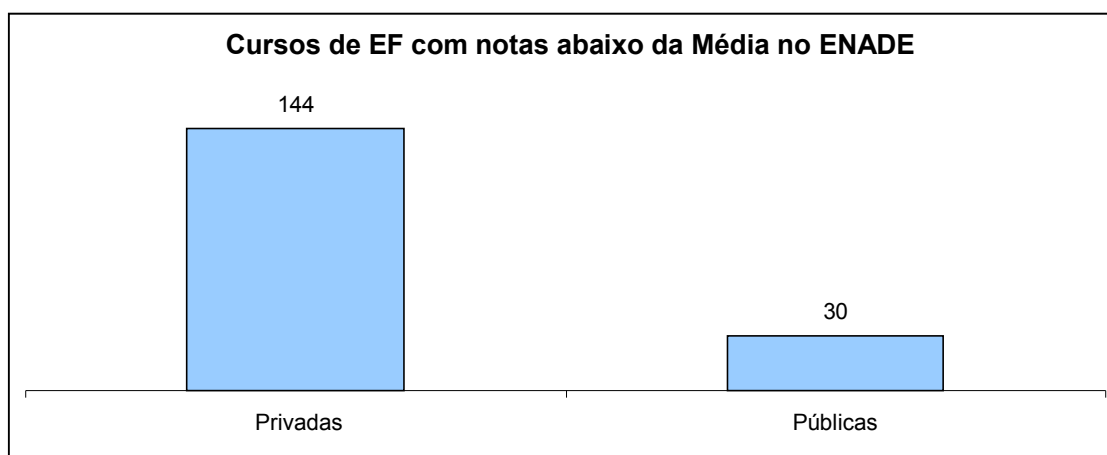


Figura 5: Gráfico da distribuição dos cursos de Educação Física com nota inferior a 3 nos últimos 4 anos, conforme o tipo de IES. (e-MEC, 2013)

Vale destacar também a evolução numérica dos cursos à distância em Educação Física no Brasil. Em 2009 constavam nos registros do INEP/MEC 22 cursos entre bacharelado e licenciatura. Em 2011 houve um acréscimo de 27,27% em relação a 2009, somando 28 cursos. Esses números seguiram a linha de crescimento de todos os cursos de EF no período, confirmando a tendência expansionista dessa área profissional, impulsionado principalmente pelo investimento público através das instituições federais que detém 78,5% desses cursos e da expansão das instituições privadas.

4.2.1 - Número de Instituições que oferecem o Curso

Com a expansão da rede de ensino superior no Brasil, também cresceu o número de instituições que implantaram cursos de Educação Física. Vale ressaltar

na análise desse estudo que nessa contagem estão instituições que oferecem o ensino da Educação Física como serviços no ramo do esporte, lazer e saúde, sendo considerados cursos tecnológicos, titulando tecnólogos. No banco de dados do INEP estes cursos são denominados como “Formação de técnicos e treinadores esportivos” e “Gestão desportiva e de lazer”.

Em 2009 contabilizavam 466 IES que ofereciam cursos no campo da Educação Física. Em 2010 contabilizavam 520, registrando uma taxa de crescimento de 11,58%. Em 2011, último ano em que essa pesquisa analisa, houve um crescimento de 48,07%, totalizando 770 instituições.

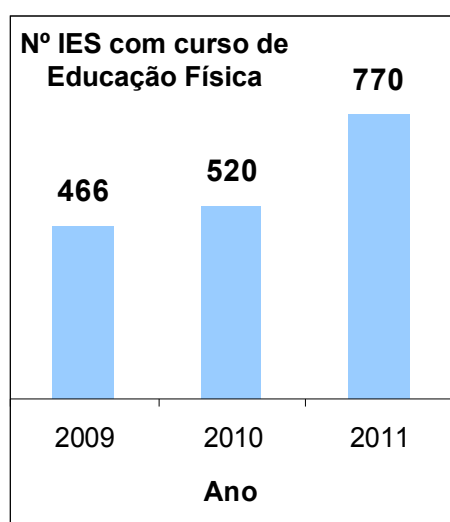


Figura 6: Gráfico do crescimento do número de instituições que oferecem o curso de Educação Física no Brasil. (INEP, 2013)

A grande contribuição para esse fenômeno vem das IES privadas, que seguem no sentido contrário das IES públicas, que vem diminuindo o número de estabelecimentos que abrigam o curso. Nos dois primeiros anos desse período a quantidade de instituições era bem semelhante e suas participações no setor se equivaliam.

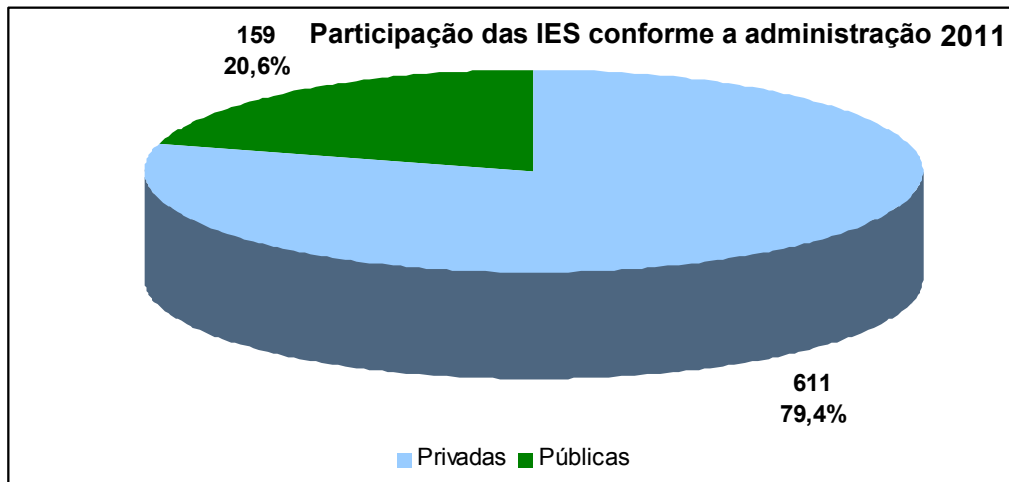


Figura 7: Gráfico da participação no mercado das IES em 2011 (INEP,2013)

A partir de 2011 o número de IES privadas eram 611, um aumento de 117,43% em relação ao ano de 2010. Já o número de IES públicas era representado por 159 entidades, um declínio de 33,47% em sua participação na rede de ensino de cursos nesse campo, simbolizando apenas 20,6%, contra 79,4% das IES privadas.

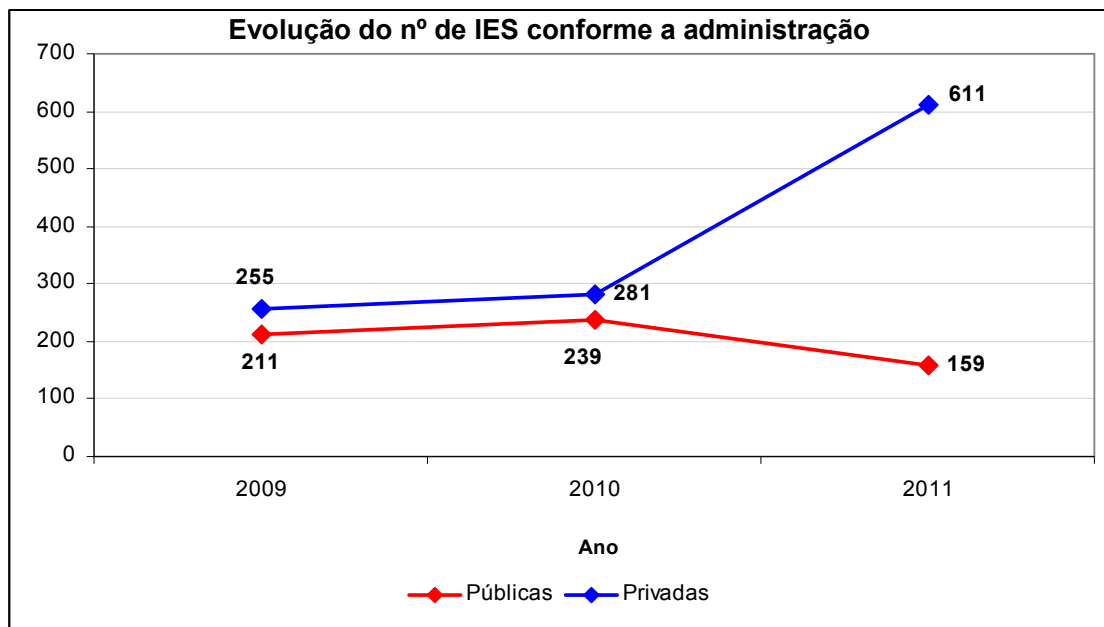


Figura 8: Gráfico da evolução do nº de IES públicas ou privadas que oferecem o curso de Educação Física. (INEP, 2013)

Sobre o crescimento da participação do investimento privado nesse campo, “o ensino superior encontra-se em ampla expansão e, para o caso da Educação Física, os dados sinalizam ainda maior interesse das instituições privadas nesta formação e

para além dela, vislumbrando a expansão de um mercado de bens e serviços vinculados às práticas corporais.” (SILVA et all., 2009, p. 4)

O aquecimento desse mercado remota a períodos anteriores a essa pesquisa, tendo grande incentivo após a Lei nº 9.696/98 que regulamentou a profissão de Educação Física, e de acordo com SILVA et all. (2009), após entrar em vigor em 1998 até o ano de 2007, obteve números mais expressivos nas taxas de crescimento, observados nos números de cursos e vagas, ligados diretamente a quantidade de instituições.

Além disso, parece que o desequilíbrio mais acentuado no período de 2009 a 2011 na quantidade de IES privadas e públicas que oferecem o curso pode estar ocorrendo pela interferência das políticas econômicas internacionais e nacionais. Tais políticas desdobraram-se, entre outras coisas, com o Brasil sendo sede dos mega eventos esportivos para a segunda década deste século, após a confirmação da eleição em outubro de 2007 para sediar a copa do Mundo de Futebol em 2014 e a eleição em outubro de 2009 como sede dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro em 2016. Outra causa na diferença de IES que oferecem o curso nos últimos anos podem ser as políticas de financiamento estudantil em nível superior, como explicado na sessão 4.1 (p. 26) dessa pesquisa.

4.2.2. Indicadores Numéricos Acerca dos Cursos

Assim como a quantidade de IES que oferecem o curso de Educação Física vem aumentando nos últimos anos, principalmente as de caráter privado, conseqüentemente o número de cursos também aumentaram numa proporção ainda maior, pois uma instituição pode abrigar vários cursos.

Em 2011 o curso de Licenciatura em Educação Física era o 9º no quesito quantidade, em relação a todos os cursos ativos no país, registrando 663 ocorrências. Contando os cursos de bacharelado e os tecnólogos ligados a saúde/bem-estar e ao esporte, a Educação Física seria 5º colocado em número de cursos, conforme a tabela do INEP para este ano.

	Áreas Gerais, Áreas Detalhadas e Programas e/ou Cursos	Cursos 2011
1º	Administração	2.279
2º	Pedagogia	1.801
3º	Direito	1.121
4º	Ciências contábeis	1.104
5º	Enfermagem	826
6º	Ciência da computação	758
7º	Formação de professor de matemática	681
8º	Formação de professor de biologia	671
9º	Formação de professor de educação física (licenciatura)	663
10º	Formação de professor de língua/literatura vernácula (português)	562
11º	Psicologia	543
12º	Fisioterapia	514
13º	Formação de professor de língua/literatura estrangeira moderna	502
14º	Formação de professor de história	492
15º	Farmácia	449
16º	Engenharia de produção	447
17º	Gestão de pessoal / recursos humanos	443
18º	Análise e Desenvolvimento de Sistemas (Tecnólogo)	434
19º	Formação de professor de língua/literatura vernácula e língua estr. moderna	420
20º	Empreendedorismo	406
21º	Educação física (bacharelado e tecnológico)	395

Tabela 2: Classificação da Educação Física conforme o número de cursos no Brasil no ano de 2011. (INEP, 2013)

Os dados do INEP apontam uma taxa de crescimento do número de cursos em 20,69% do ano de 2009 (831 cursos) para 2010 (1003), e taxa de 6,28% do ano de 2010 para 2011 (1066 cursos).

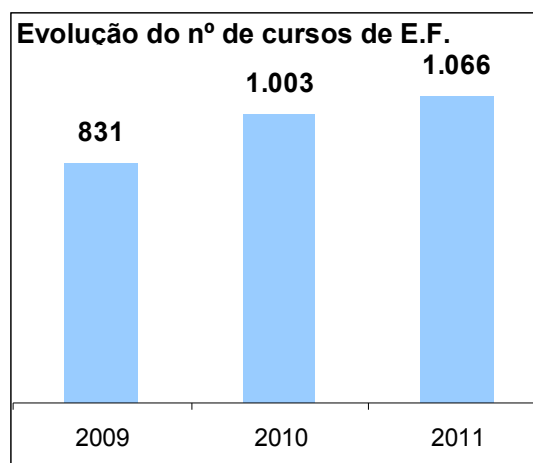


Figura 9: Gráfico da evolução do número de cursos de Educação Física no período 2009-2011 (INEP, 2013)

A proporção quantitativa desses cursos entre IES públicas e privadas nesse período se manteve estável, apesar da ampliação da quantidade de cursos. Com uma rede de ensino muito menor que a particular, tal como indicado na discussão anterior, a rede pública ofereceu em 2011 menor número de cursos superiores em Educação Física, representando 28% do total de cursos dessa área contra 72% da rede particular.

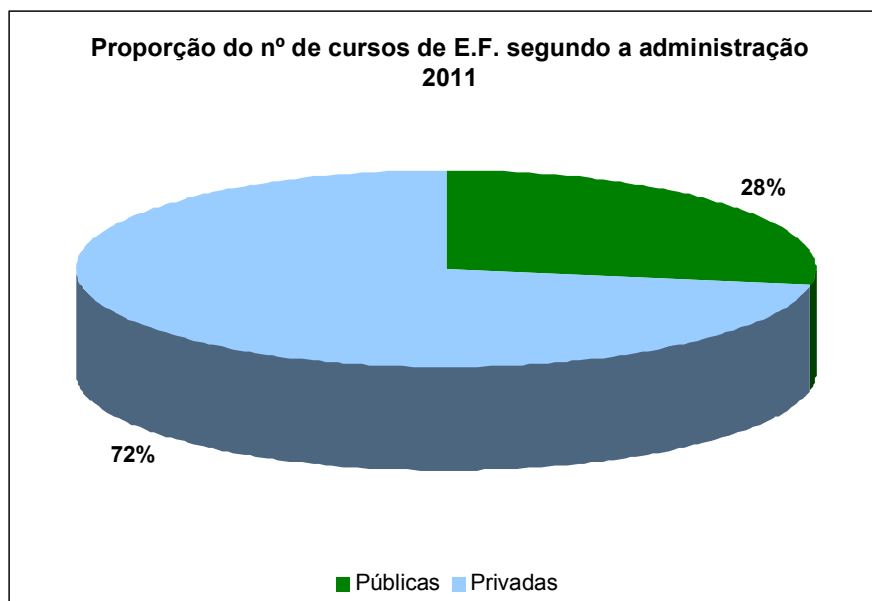


Figura 10: Gráfico da proporção da quantidade de cursos em Educação Física oferecidos pelas redes de ensino superior pública e privada no ano de 2011 (INEP, 2013)

Esse dado pode ser compreendido como resultado das pressões neoliberais sobre o sistema de ensino superior, que cada vez mais se dispõe nas mãos do setor privado, provocando uma falsa ideia da isenção do Estado da responsabilidade do ensino, pesquisa, avaliação e regulação. De fato, essas duas últimas funções estão sendo executadas sob olhares críticos da sociedade civil organizada a respeito de seus propósitos, como foi discutida a questão do ENADE anteriormente.

O Estado não parece criar resistência à exploração da educação por parte da iniciativa privada, ao ampliar, sobretudo no âmbito das diretrizes e marcos legais, assim como das políticas de avaliação, a abertura de novos cursos e as possibilidades para entrada de novas empresas neste mercado de serviços. (SILVA et al., 2009, p. 6)

As informações filtradas do banco de dados do INEP constaram no ano de 2009 o total de 222 cursos em IES públicas e 609 cursos em IES privadas. Em 2010, as IES públicas indicaram 274 cursos em Educação Física e 729 cursos em IES privadas, indicando uma taxa de crescimento médio de 21,5% em ambos os casos. Em 2011 registrou-se 295 cursos em IES públicas e 771 cursos em IES privadas, um crescimento médio de 6,7%. Nesse período, registrou-se em média 58 novos cursos por ano.

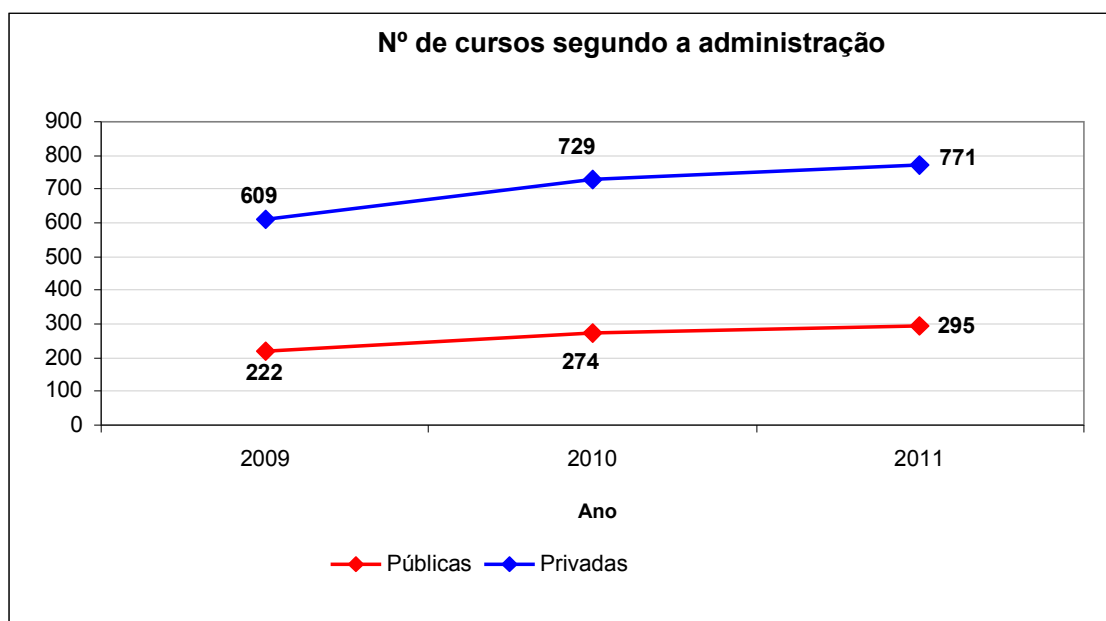


Figura 11: Gráfico da evolução do número de cursos de Educação Física entre IES públicas e privadas. (INEP, 2013)

Já mencionamos nessa pesquisa sobre o e-MEC – o portal eletrônico do Ministério da Educação ligado estreitamente com o banco de dados do INEP, que dentre inúmeras funções, dispõe de uma base de dados sobre instituições e cursos reconhecidos pelo MEC.

Nesse banco de dados do e-MEC foi feita uma filtragem de informações, utilizando palavras chaves que retornassem registros dos cursos cadastrados ligados ao campo da Educação Física. Tal procedimento metodológico resultou em 1276 cursos cadastrados, nas modalidades licenciatura, bacharelado, sequenciais e tecnológicos.

Com esses resultados foi montado um banco de dados georreferenciado que reúne informações relevantes como a localização geográfica (cidade) onde está instalado o curso, a modalidade do curso (presencial ou à distância), a última nota

do ENADE, a data de início de funcionamento, a categoria administrativa (pública ou privada) e o nome da IES.

Segue abaixo a análise temporal da distribuição geográfica dos cursos de Educação Física ativos em 2013, representados conforme a data do início de funcionamento.

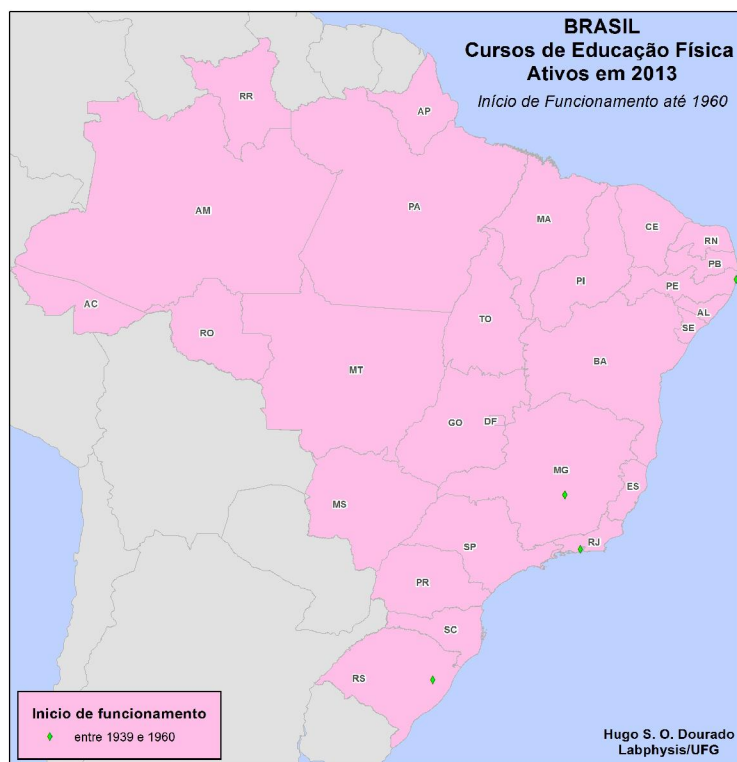


Figura 12: Mapa dos cursos de Educação Física em atividade atualmente no Brasil com início de funcionamento até 1960. (e-MEC, 2013)

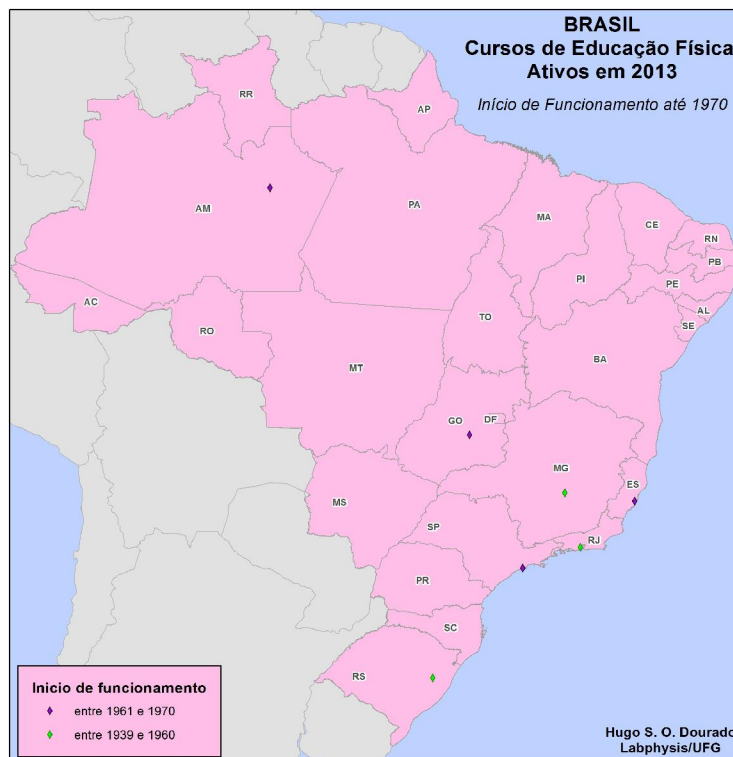


Figura 13: Mapa dos cursos de Educação Física em atividade atualmente no Brasil com início de funcionamento até 1970. (e-MEC, 2013)

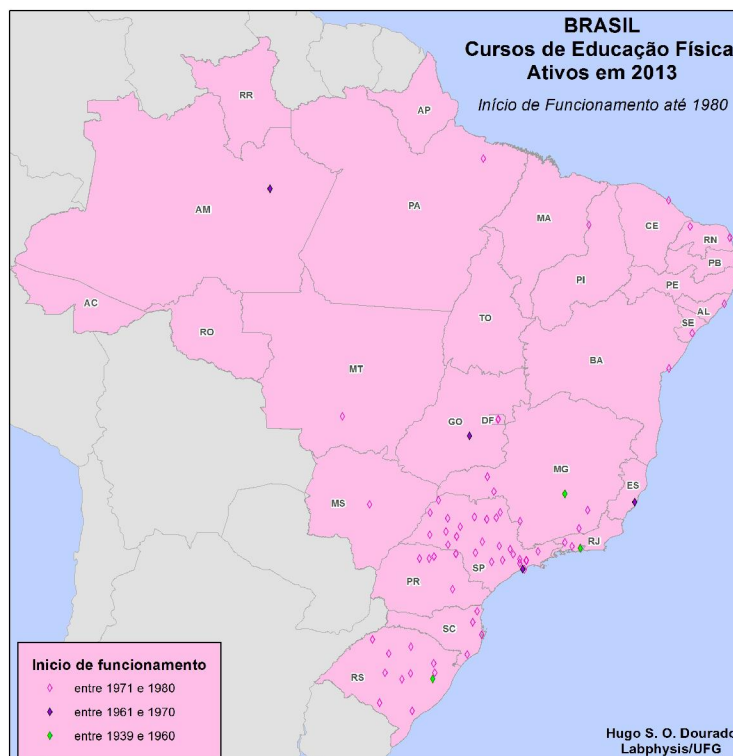


Figura 14: Mapa dos cursos de Educação Física em atividade atualmente no Brasil com início de funcionamento até 1980. (e-MEC, 2013)

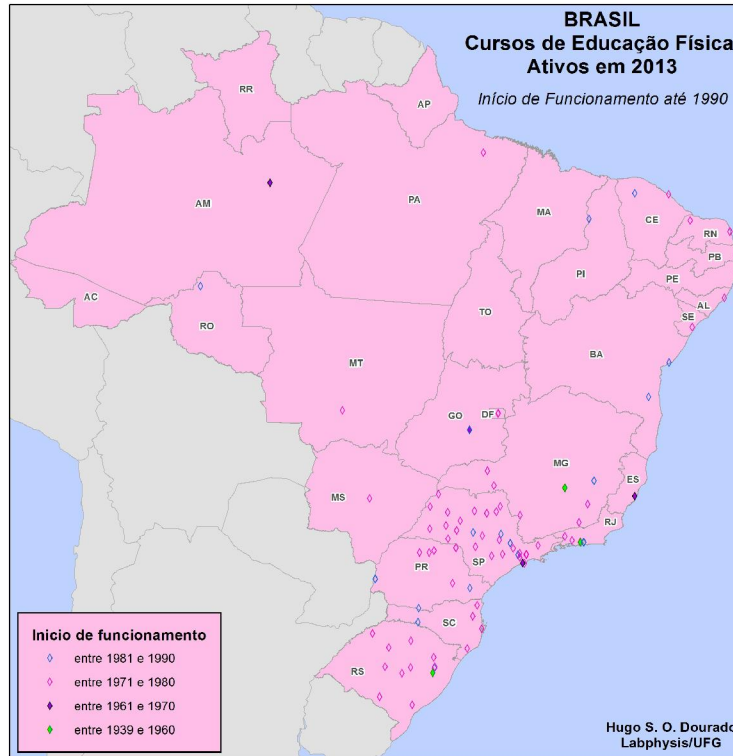


Figura 15: Mapa dos cursos de Educação Física em atividade atualmente no Brasil com início de funcionamento até 1990. (e-MEC, 2013)

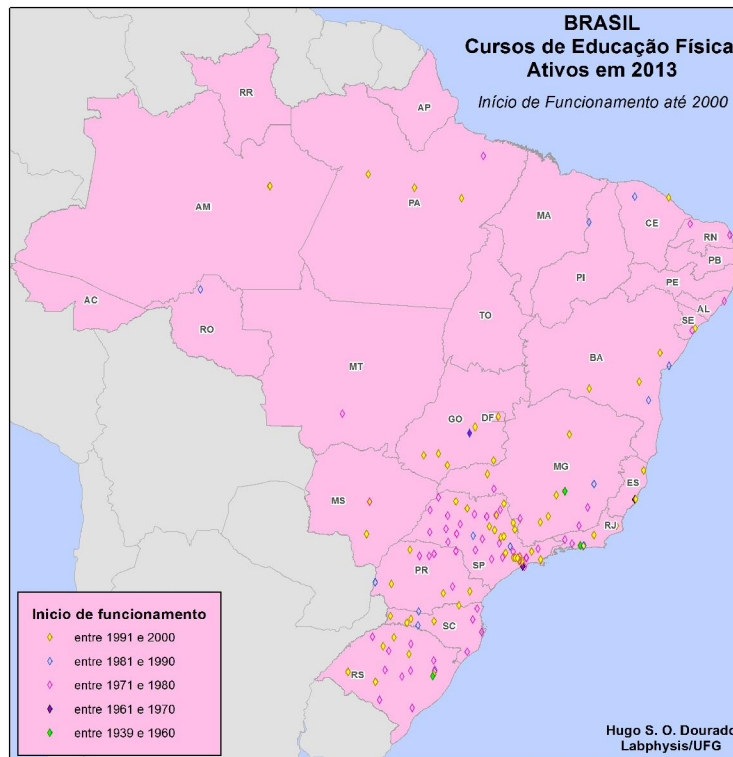


Figura 16: Mapa dos cursos de Educação Física em atividade atualmente no Brasil com início de funcionamento até 2000. (e-MEC, 2013)

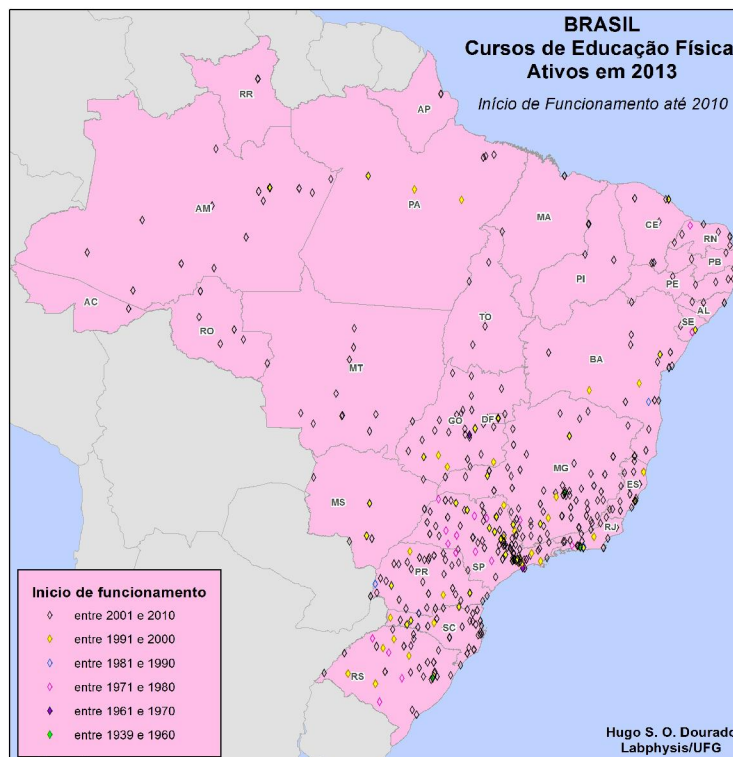


Figura 17: Mapa dos cursos de Educação Física em atividade atualmente no Brasil com início de funcionamento até 2010. (e-MEC, 2013)

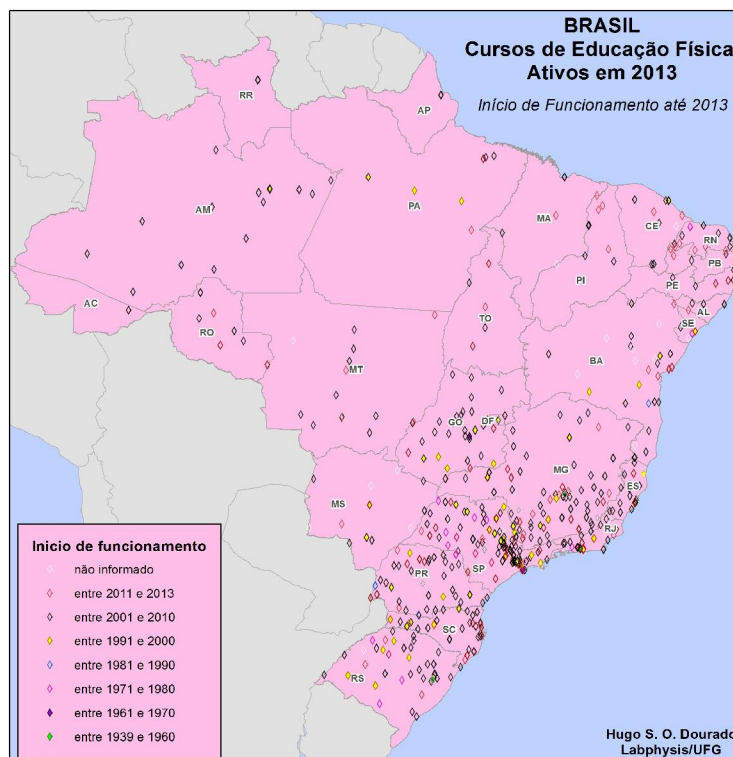


Figura 18: Mapa dos cursos de Educação Física em atividade atualmente no Brasil com início de funcionamento até 2013. (e-MEC, 2013)

É interessante analisar que a deflagração dos cursos de Educação Física começou nos anos 70 concentrando-se principalmente nas regiões sul e sudeste do país; panorama que se manteve até o final dos anos de 1990. A partir daí observou-se na primeira década deste século uma explosão de cursos por todo país, concentrados ainda mais na região sul-sudeste, e ganhando algum destaque no nordeste e centro-oeste brasileiro.

O ensino à distância também foi importante para esse quadro, pois seu alcance não tem fronteira regional ou institucional pré-estabelecida. Com o advento e popularização da internet, ele pôde chegar a locais mais remotos do país. E ao contrário da predominância da oferta do curso na modalidade presencial partir de instituições privadas, na EaD são as instituições públicas que dominam a oferta. Conforme a pesquisa no e-MEC, no ano de 2013 são 79 cursos em atividade partindo de IES públicas e 42 cursos vindos de IES privadas.



Figura 19: Mapa da distribuição dos cursos de Educação Física no ano de 2013 conforme a modalidade de ensino. Destaque para os cursos EaD (e-MEC, 2013)

A seguir temos um mapa (figura 21) da distribuição geográfica dos cursos conforme a categoria administrativa confrontada com a dispersão da população, categorizada em cada município segundo o censo demográfico do ano de 2010.

Nota-se que a maioria dos cursos de Educação Física concentra-se na região sudeste, a mais populosa do país.

As Regiões Sudeste, Nordeste e Sul, compreendendo, respectivamente, 42,13%, 27,83% e 14,36% do total da população brasileira, continuam ser as mais populosas do País, enquanto a Norte e a Centro-Oeste, apesar de apresentarem as maiores taxas de crescimento populacional da última década, abrangem, respectivamente, 8,32% e 7,37% da população nacional em 2010. (IBGE, 2013, p.12)

Conforme os dados de 2013 do e-MEC, o sudeste reúne 603 cursos, cerca de 47% do total dos cursos dessa área. Desse total, 528 cursos pertencem a instituições privadas, ou seja, 87% dos cursos de Educação Física do sudeste são particulares.

Tomamos esse dado para questionar o fato da iniciativa privada, apoiada pelo Estado, usar o fator populacional para lançar um número crescente de cursos. De acordo com as leis do mercado, explora a grande demanda local por formação, em princípio, um dever que caberia ao próprio Estado de forma gratuita e de qualidade, “consequência de uma política econômica neoliberal que aceita, ainda que por omissão, a transformação da educação de sua condição de bem público para a condição de serviço, onde passa a ser mercadorizada”. (SILVA et al., 2009, p.10)

Somente na Grande São Paulo, a região mais populosa do Brasil com cerca de 22 milhões de habitantes (destaque da figura 21), temos 140 cursos, dos quais apenas 4 são de IES públicas.



Figura 20: Mapa da distribuição dos cursos de Educação Física no ano de 2013 conforme a categoria administrativa relacionada com a distribuição da população. (e-MEC, 2013)

4.2.3. Indicadores Numéricos Acerca das Matrículas

Quando se trata das matrículas feitas para o curso de Educação Física, os números mantêm o padrão estabelecido no mercado em função da quantidade de IES e total de cursos oferecidos. Em 2009, ano inicial desta pesquisa, foram efetuadas 165.848 matrículas nos cursos do campo da Educação Física (entre licenciatura, bacharelado e tecnólogo). Em 2010 eram 175.877 matriculados e em

2011 foram 181.803, computando uma média anual de crescimento de 4,7%, contribuindo com o índice geral dos matriculados dos outros cursos, que foi de 6,5% em 2010 e de 23,7% em 2011.

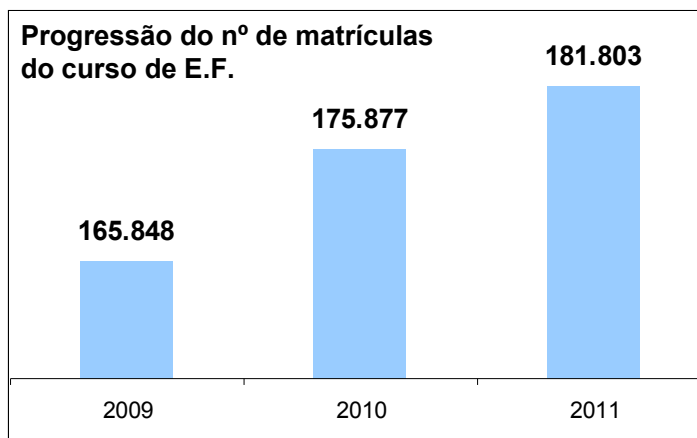


Figura 21: Gráfico da progressão do número de matrículas do curso de Educação Física no Brasil entre os anos de 2009 e 2011. (INEP, 2013)

Esses números também indicam uma preponderância da rede privada nessa área, a partir da última década, tendo em vista que os matriculados nas instituições particulares corresponderam no ano de 2011 a 74,2% do total, cabendo à rede pública 25,8%.

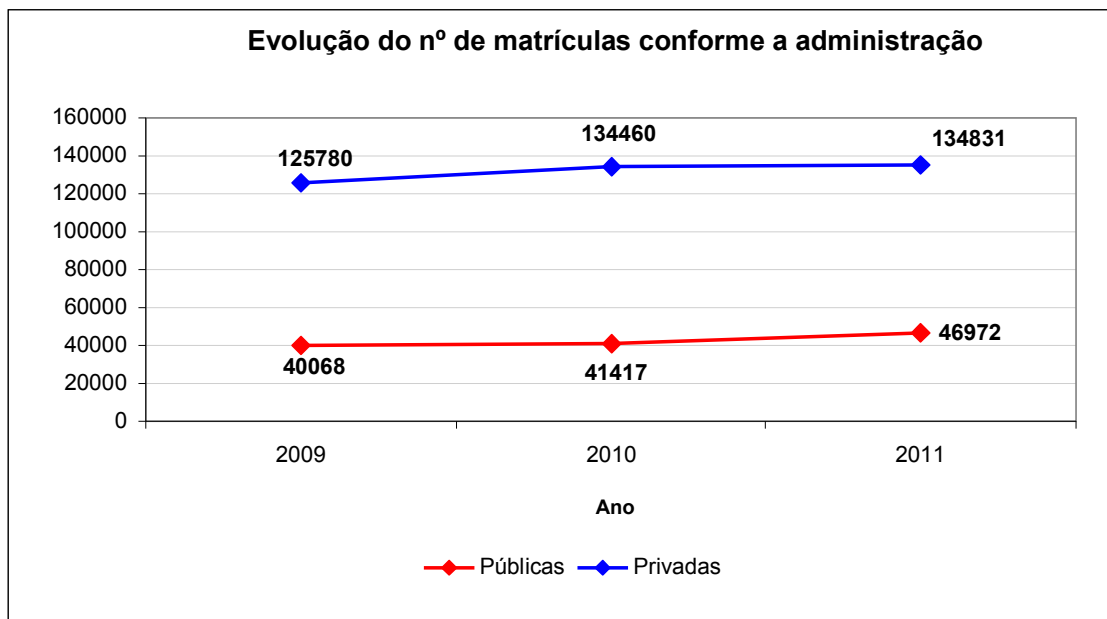


Figura 22: Gráfico da evolução do número de matrículas na Educação Física entre IES públicas e privadas. (INEP, 2013)

A diferença do número de matrículas do ano de 2010 para 2009 chega a 10.029, e do ano de 2011 para 2010 alcança 5.926, o que indica a crescente concessão de novas vagas por ano, ou então, uma maior procura pelo curso. Segundo a base de dados do INEP, em 2011 a Educação Física se posicionou em 6º lugar entre os cursos que mais efetivaram matrículas¹¹, como mostra a tabela abaixo.

Áreas Gerais, Áreas Detalhadas e Programas e/ou Cursos	Matrículas 2011
1º Administração	843.197
2º Direito	723.044
3º Pedagogia	586.651
4º Ciências contábeis	288.786
5º Enfermagem	244.245
6º Educação física (licenciatura, bacharelado, saúde/lazer, esporte)	181.803
7º Serviço social	152.669
8º Psicologia	147.270
9º Engenharia civil	144.648
10º Ciência da computação	130.356

Tabela 3: Classificação das áreas profissionais conforme o número de matrículas no ano de 2011 (INEP, 2013)

4.2.4. Indicadores Numéricos Acerca dos Concluintes

Outro indicador da expansão da formação profissional em Educação Física é o número de concluintes, influenciado pela elevada oferta de cursos o que implica numa maior oferta de vagas.

Nas variáveis tratadas anteriormente – IES, Cursos e Matrículas - observaram-se semelhanças no comportamento dos gráficos devido suas ligações próximas. Nessa derradeira variante observamos um decréscimo no número de concluintes em relação ao primeiro ano da pesquisa, algo que quebrou a sequência de crescimento dos anos anteriores, com índices anuais médios de 20% (anos de 2005 a 2007), como indica a pesquisa de SILVA (2009).

Em 2009 foram registrados 35.571 concluintes. Posteriormente, em 2010 esse número reduziu-se a 33.119 concluintes, voltando a se elevar no ano de 2011,

¹¹ Representadas por matrículas nos cursos de licenciatura, bacharelados e tecnólogos.

quando foram registrados 34.522 concluintes, marcando para o período um decréscimo na taxa média anual em -1,35%.

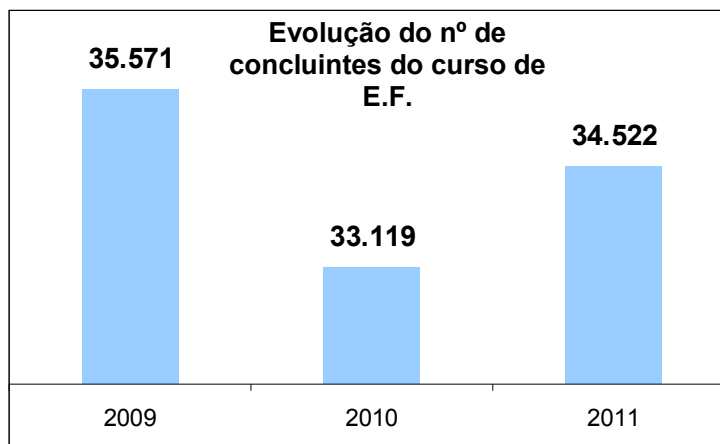


Figura 23: Gráfico da progressão do número de concluintes do curso de Educação Física no Brasil entre os anos de 2009 e 2011. (INEP, 2013)

Apesar disso, esse campo de formação profissional apresenta um número anual bem elevado para esse quesito, deixando a Educação Física na 6ª posição dentre todos os cursos no que se refere a formandos no ano de 2011, representada na tabela a seguir:

Áreas Gerais, Áreas Detalhadas e Programas e/ou Cursos		Concluintes 2011
1º	Administração	126.336
2º	Pedagogia	119.841
3º	Direito	95.008
4º	Enfermagem	47.114
5º	Ciências contábeis	38.384
6º	Educação física (licenciatura, bacharelado, saúde/lazer, esporte)	34.522
7º	Gestão de pessoal / recursos humanos	25.071
8º	Psicologia	19.944
9º	Empreendedorismo	19.887
10º	Farmácia	18.750

Tabela 4: Classificação das áreas profissionais conforme o número de concluintes no ano de 2011 (INEP, 2013)

Contudo, olhando a origem administrativa das IES que formam esses concluintes, o panorama repete-se com as IES privadas dominando o quadro de formandos/concluintes do curso de Educação Física na proporção média anual de 81%, justificando a baixa representatividade numérica das IES públicas.

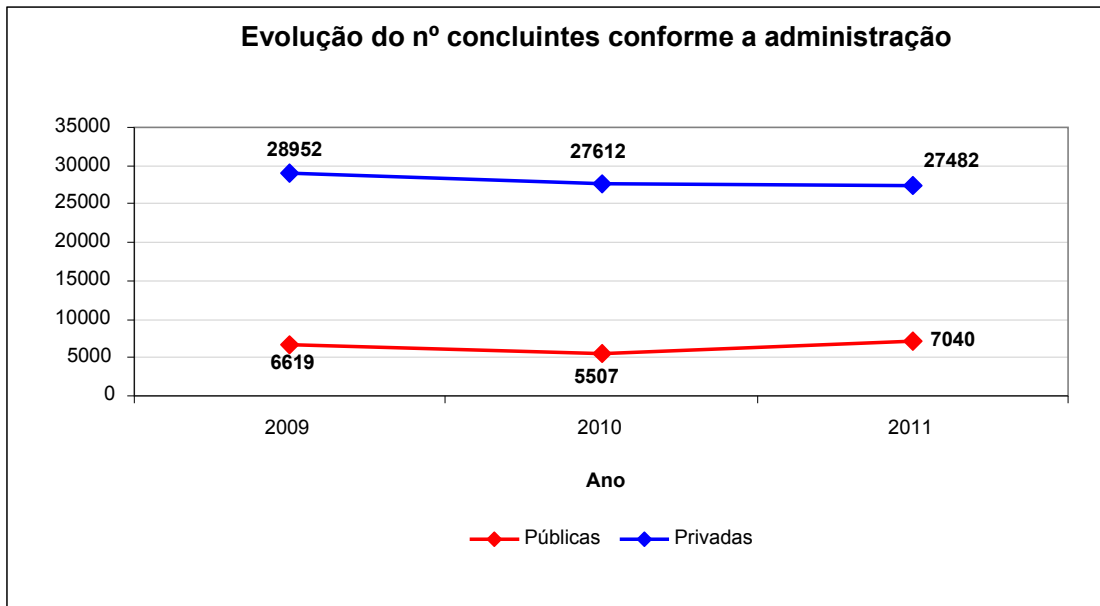


Figura 24: Gráfico da evolução do número de concluintes de Educação Física entre IES públicas e privadas. (INEP, 2013)

Confrontando os números das duas últimas variáveis (Figura 26) para o período em estudo, nota-se que apesar das matrículas terem aumentado o número de concluintes não progrediu, tendo um aproveitamento médio de 19,75%. Isto é, a cada cinco ingressos no curso de Educação Física, apenas um o conclui.

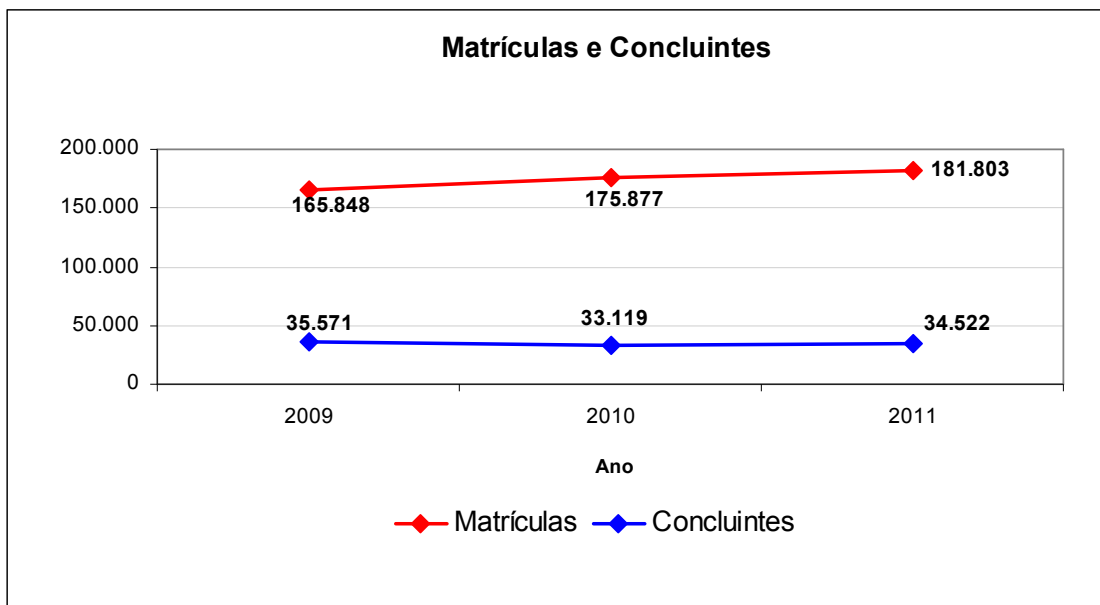


Figura 25: Gráfico da comparação da evolução do número de matrículas com o número de concluintes de Educação Física entre IES públicas e privadas. (INEP, 2013)

Isso implica no dispêndio de recursos do investimento público e privado. Não foi objetivo desse estudo aprofundar as causas desse baixo rendimento de concluintes, mas indicamos alguns questionamentos que podem nortear futuros debates sobre esse tema: as desistências se dão por quês motivos? O quê e quanto se perde por acadêmico que abandona o curso?

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos entender, através dos números fornecidos principalmente pelo banco de dados do INEP focando no período dos anos de 2009 a 2011, como se encontra a formação dos profissionais da Educação Física no Brasil, baseando-se nos parâmetros quantitativos das seguintes variáveis: IES que suportam o curso, cursos, matrículas e concluintes.

Para que alcançássemos algumas respostas não poderíamos nos ater apenas a esse intervalo, mas buscar em raízes históricas mais profundas, motivos que de certa forma tiveram seus reflexos agora. E nisso, vimos o nascimento de uma Educação Física direcionada para fins políticos e sociais, servindo nesse momento de instrumento, não mais para a dominação da antiga colônia lusitana e da realeza que aqui ainda restou, mas para a afirmação do novo modo de vida dos brasileiros.

Com a expansão econômica a partir dos anos 30, surgiram os primeiros cursos superiores em Educação Física, com tendências biológicas e esportivistas, começando assim as primeiras fragmentações do saber nesse campo. Na segunda metade do século XX, a política neoliberal, dentre outros aspectos, massificou o esporte e fez do corpo uma mercadoria, dando início nos anos 80 o debate e a distinção dos currículos nas universidades, culminando na separação da formação profissional em Educação Física, e mais tarde o advento dos cursos tecnológicos. Assim, abriram-se ainda mais as portas para novas atividades, fragmentando o conhecimento que segue correndo atrás das exigências do mercado. Vemos então um ensino especializado e reprodutivista, aquém na produção científica.

Observamos o crescimento do número de cursos de Educação Física e o número de IES que o suportam, após a promulgação da nova LDB e da lei que regularizou a profissão. Porém, até então, esses números foram alavancados por entidades privadas que fizeram do setor uma boa oportunidade de negócio. Desde então, a participação das instituições públicas nesse quadro é irrisória, onde o Estado se isenta da responsabilidade do ensino gratuito e de qualidade e figura como fiscalizador das instituições particulares.

Observando as iniciativas do MEC nos últimos anos, pode ser que esse quadro se reverta brevemente, através de sistemas como o SISU (Sistema de

Seleção Unificada) que facilitou o ingresso as faculdades públicas e o preenchimento das vagas através do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). Ainda assim, é necessário que a rede pública de ensino superior se expanda, criando mais polos distribuídos nos interiores dos estados. É notável também a implantação de unidades de Ensino à Distância, inclusive para os cursos de Educação Física, como é o caso do programa Universidade Aberta do Brasil realizado em parceria com a Universidade Federal de Goiás.

Também é preciso intensificar e executar o intuito de levar os cursos para o interior do país, uma vez que grande parte está concentrada na região sudeste e sul. A descentralização torna a universidade mais democrática, levando a educação superior a áreas mais remotas e de grande demanda de profissionais da Educação Física.

Finalmente, notamos a ineficiência do sistema de ensino superior na formação profissional, quando apenas um quinto dos alunos matriculados concluem o curso. Caberia futuramente uma pesquisa mais aprofundada sobre esses recém formados, quantos atuam na área ou migraram para outros setores e suas razões.

Talvez apenas essa análise sobre os números encontrados nesses bancos de dados não seja suficiente para demonstrar a real situação da formação profissional em educação Física no Brasil. É necessário explorar, de forma mais próxima, as partes envolvidas nessa formação, para observar os entraves, ouvindo seus questionamentos sobre o sistema.

Outro limitador é o período curto da análise de apenas 3 anos. Seria interessante cobrir um ciclo normal (4 anos) da formação em Educação Física, o que deixaria os dados ainda mais consistentes, evitando informações do final de um ciclo e começo de outro. Isso não pôde ser feito devido à Sinopse da Educação do Ensino Superior do ano de 2012 ter sido divulgada no final de 2013, quando este trabalho já estava em fase avançada de construção, ficando a sugestão de completá-lo adicionando essas informações.

Apesar da pesquisa se enriquecer com os dados complementares do e-MEC, ela poderia ser mais coesa caso as informações do número de cursos correspondessem aos valores apresentados no banco de dados do INEP. Mesmo assim foi de bastante utilidade, pois apresentou visualmente a concentração e distribuição geográfica desses cursos.

De modo geral, observamos a manutenção das tendências mercadológicas no setor de formação em Educação Física, uma vez que a participação do Estado vem ficando cada vez menos significativa frente ao setor privado que vê isso como oportunidade de negócio. Com isso, percebe-se a fragmentação do saber; a distribuição desigual dos cursos sobre o território, deixando de contemplar regiões que necessitam dessa formação, além da qualidade no serviço educacional que ainda está abaixo de um nível satisfatório.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SILVA, A.. et all. A Formação Profissional em Educação Física e o Processo Político-Social. **Pensar a Prática (Online)**, v. 12, p. 01-15, 2009. Disponível em <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fef/article/view/6588/5355>

Acesso em 01 mai. 2013.

ANDERÁOS, M.. A reorganização da formação profissional em Educação Física no Brasil: aspectos históricos significativos. **Tese de doutorado apresentada à pós-graduação da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas**. UNICAMP. Campinas, SP: 2005. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000376278&fd=y>.

Acesso em 29 jul. 2013.

BETTI, I.; BETTI, M.. Novas Perspectivas na Formação Profissional em Educação Física. **Revista Motriz**, Volume 2, Número 1, Junho/1996.

Disponível em http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/motriz/02n1/V2n1_ART02.pdf

Acesso 27 jun. 2013.

BENITES, L.; SOUZA NETO, S.; HUNGER, D. O processo de constituição histórica das diretrizes curriculares na formação de professores de educação física. **Revista Educação e Pesquisa**. São Paulo, vol. 34, nº 02, mai/ago, 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ep/v34n2/09.pdf>. Acesso em 09 nov. 2013.

BERNARDI, A.; CRISTINO, A.; CONCEIÇÃO, V.; KRUG, H.. Formação Profissional: refletindo a constituição do campo educacional da Educação Física. Artigo apresentado na **12ª Jornada Nacional de Educação /2º Congresso Internacional de Educação - Educação e Sociedade: Perspectivas Educacionais no Século XXI**. Disponível em

<http://www.unifra.br/eventos/jornadaeducacao2006/2006/pdf/artigos/pedagogia/FORMA%C3%87%C3%83O%20PROFISSIONAL.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2013.

BRASIL. **Decreto-Lei 1.212** de 02 de maio de 1939. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del1212.htm. Acesso em: 09 nov. 2013.

BRASIL. **Decreto-Lei 9.696** de 01 de setembro de 1998. Disponível em http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=1F04DB8E60935E58279C1FDE6FD07F3B.node2?codteor=104896&filename=LegislacaoCitada+-PL+7370/2002. Acesso em: 15 nov. 2013.

BRASIL. **Decreto-Lei 11.892** de 29 de dezembro de 2008. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm . Acesso em 19 mar. 2014.

COLLET, C.; NASCIMENTO, J.; ROCHA, J.; SOUZA, E.. Formação Inicial em Educação Física no Brasil: trajetória dos cursos presenciais de 2000 a 2006. **Revista Motriz**, Rio Claro, v.15, n.3, p.493-502, jul./set. 2009. Disponível em <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/motriz/article/view/2605/2412> Acesso em 17 out. 2013.

SOARES, M. et al.. A Educação Superior no Brasil. **Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe IESALC – Unesco – Caracas**. Porto Alegre/RS, 2002. Disponível em <http://biblioteca.planejamento.gov.br/biblioteca-tematica-1/textos/educacao-cultura/texto-6-2013-a-educacao-superior-no-brasil.pdf>. Acesso 27 set. 2013.

Ministério da Educação. História do Ministério da Educação. Disponível em http://portal.mec.gov.br/?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=171. Acesso em 08 ago. 2013.

Investimentos no Ensino Superior no Brasil. Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,pesquisa-da-ocde-indica-baixo-nivel-de-ensino-no-brasil,1047153,0.htm>. Acesso em 27 jun. 2013.

Ranking Universitário Folha – 2013. Disponível em ruf.folha.uol.com.br/2013. Acesso em 10 ago. 2013.

e-MEC – Sistema de Regulação do Ensino Superior. Disponível em <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em 03 set. 2013.

ENADE: uma crítica consequente. Disponível em <http://daefi.wordpress.com/enade-uma-critica-consequente>. Acesso em 13 nov. 2013.

GIMENES, C.. O ENADE na visão de alunos e professores do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas. In: **IX Congresso Nacional de Educação**, 2009, Curitiba. IX Congresso Nacional de Educação, 2009. Disponível em http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3238_2068.pdf
Acesso em 13 nov. 2013.

MELO, V.. Escola Nacional de Educação Física e Desportos : uma possível história. **Dissertação de Mestrado**. UNICAMP. Campinas, SP: 1996. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000115544&fd=y>
Acesso em 19 mar. 2014.

CENSO Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>
Acesso em 22 jul. 2013.

ATLAS do Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em <http://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/> . Acesso em 22 jul. 2013.